



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-460-3 DOI 10.22533/at.ed.603191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO ATENDIDOS PELO SAREH	
Geicinara Martins de Almeida Oliveira Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910071	
CAPÍTULO 2	12
A ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS GERAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	
Ester Vitória Basílio Anchieta Ezer Wellington Gomes Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6031910072	
CAPÍTULO 3	24
A PARTICIPAÇÃO DE UMA ALUNA EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Rodrigo Barbuio Evani Andreatta Amaral Camargo Ana Paula de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6031910073	
CAPÍTULO 4	40
A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SEU COMPORTAMENTO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE	
Ivanusa Maria da Silva Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910074	
CAPÍTULO 5	48
A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE SP COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Carolina Lourenço Reis Quedas Silvana Maria Blascovi-Assis Maria Eloisa Famá D´Antino	
DOI 10.22533/at.ed.6031910075	
CAPÍTULO 6	61
A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Dilene Pinheiro da Silva Ailton Vitor Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.6031910076	
CAPÍTULO 7	70
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal Juliana Marcondes Bussolotti	
DOI 10.22533/at.ed.6031910077	

CAPÍTULO 8	85
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910078	
CAPÍTULO 9	96
ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA	
José Ricardo Lopes da Silva	
Laís Helena Gouveia Rodrigues	
Lucas Moreno Cavalcanti Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6031910079	
CAPÍTULO 10	110
CONSTRUÇÃO DO SENTIDO COLETIVO EDUCACIONAL E A BUSCA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS AUTOINSUSTENTÁVEIS: UM RELATO VIVENCIADO	
Giselda Frank	
Viviane Brandão Frigo	
Samira Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.60319100710	
CAPÍTULO 11	115
CURRÍCULO EDUCACIONAL, UM OLHAR PELAS DIVERSIDADES	
Lucimar Araújo Braga	
Igor Antonio Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.60319100711	
CAPÍTULO 12	130
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS	
Tatiane de Fátima Kovalski Martins	
DOI 10.22533/at.ed.60319100712	
CAPÍTULO 13	136
DESAFIOS DA INCLUSÃO COMO INSTITUINTE DESENCADEANTE DE MUDANÇA NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	
Neide Barbosa Saisi	
DOI 10.22533/at.ed.60319100713	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO EM SAÚDE A DEFICIENTES VISUAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL	
Ana Carolina Guidorizzi Zanetti	
Kelly Graziani Giaccherro Vedana	
Anderson Heiji Lima Miyazaki	
Bárbara Gadioli	
Beatriz Molina Carvalho	
Bruna Marques Chiarelo	
Carine Sanches Zani Ribeiro	
Cíntia Coró	
Cristiano Gimenez Olímpio	
Daniele Maria Nogueira	
Isabelle Wengler Silva	

João Paulo Ferreira Rodrigues
Jonas Gabriel Pestana Gradim
Julia Cintra Gomes
Juliana Masini Garcia
Livia Maria Landgraff Pereira
Mariana Aparecida de Jesus Castro Santos
Murillo Fernando Jolo
Thainá Ferreira de Toledo Piza
Tatiana Pupim Libório

DOI 10.22533/at.ed.60319100714

CAPÍTULO 15 150

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Silvana Mara Bernardi Rizotto
Fernanda Sprada Lopes
Ivo José Both

DOI 10.22533/at.ed.60319100715

CAPÍTULO 16 154

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Dantas Ferreira
Dayane Mary Soares da Costa
Dayse Alves dos Santos
Marcos Antônio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100716

CAPÍTULO 17 171

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADANIA ATRAVÉS DAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Alana Lessa do Nascimento Silva
Evaldo Ribeiro Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100717

CAPÍTULO 18 182

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CEGOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Soares Sandrini Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100718

CAPÍTULO 19 187

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100719

CAPÍTULO 20	193
INFOLIBRAS: VÍDEOAULAS PRÉ-VESTIBULAR EM LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Jaison Fernando da Silva Caroline Barboza Januário Lívia Bianca Oliveira Dariva Daniele Rosa de Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100720	
CAPÍTULO 21	199
LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?	
Darliane Silva do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.60319100721	
CAPÍTULO 22	204
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MARCOS LEGAIS DO BRASIL DE 1994 A 2015	
Juliane Kelly de Figueiredo Freitas Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lenina Lopes Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100722	
CAPÍTULO 23	217
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO	
Patrícia Aparecida da Cunha Guilherme Alessandro Garcia Eloy Alves Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60319100723	
CAPÍTULO 24	224
O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA SURDOS	
Rosanea Beatriz Borges Melchior José Tavares Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.60319100724	
CAPÍTULO 25	232
PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA	
Ivone Liphhaus Almeida Sidnei Quezada Meireles Leite	
DOI 10.22533/at.ed.60319100725	
CAPÍTULO 26	245
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO	
Ivana Aparecida Weissbach Moreira Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls	
DOI 10.22533/at.ed.60319100726	

CAPÍTULO 27	251
USO DE INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Fernanda Cinthya de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100727	
CAPÍTULO 28	270
TDAH: SUAS IMPLICAÇÕES COM A VIDA	
Yara Vieira Alberti	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.60319100728	
CAPÍTULO 29	280
PROJETO VIVENDO AS DIFERENÇAS	
Cintia Cristina Escudeiro Biazan	
Denise Aparecida Refundini Castellani	
Sandramara Morando Gerbelli	
Viviane Franzo Juliani	
DOI 10.22533/at.ed.60319100729	
CAPÍTULO 30	291
TRANSFORMAR PARA INCLUIR – O CASO DO CAIS DE CONTAGEM-MG	
Élida Galvão do Nascimento	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.60319100730	
CAPÍTULO 31	301
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR	
Everton Ucela Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100731	
CAPÍTULO 32	312
PROPOSTA DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS UTILIZANDO ATIVIDADES E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU BAIXA VISÃO VERSANDO CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO	
Thamires de Souza Nascimento	
Andréa Aparecida Ribeiro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100732	
SOBRE O ORGANIZADOR	323

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO

Ivana Aparecida Weissbach Moreira

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Passo Fundo - RS

Rosenei Cella

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Passo Fundo - RS

Rosana Cristina Kohls

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Passo Fundo - RS

RESUMO: O estudo reflete sobre a desigualdade social no Brasil, suas contradições e impacto nas políticas educacionais. Trata-se de pesquisa de natureza bibliográfica, com análise teórico-crítica. Dados estatísticos sobre a desigualdade social revelam disparidades entre o grupo restrito dos mais ricos e os milhões de mais pobres no Brasil. Embora seja um fenômeno mundial, os dados apontam uma realidade preocupante diante dos recentes retrocessos/mudanças em relação aos direitos sociais e a garantia da justiça e inclusão social, via políticas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade social. Direito à educação. Inclusão Social. Políticas Educacionais.

ABSTRACT: This study delas with social inequality in Brazil, its contradictions and impact

on educational policies. It is a bibliographical research, with theoretical-critical analysis. The statistical data on social inequality reveal disparities between the restricted group of the richest and the millions of poorest in Brazil. Despite being a worldwide phenomenon, the data point to a worrying in face of the recent setbacks/changes in relation to social rights and the guarantee of justice and social inclusion, through educational policies.

KEYWORDS: Social inequality. Right to education. Social inclusion. Educational policies.

1 | INTRODUÇÃO

A abertura política e os princípios democráticos conquistados em nosso país, no final da década de 1980, trouxeram avanços para a construção de um novo projeto de sociedade. A retomada dos direitos civis e políticos, a participação popular e o direito de escolha dos seus representantes marcaram significativamente o princípio de cidadania. Acreditava-se que a garantia na escolha dos representantes legislativos seria garantia também de maior segurança, igualdade e justiça social. No entanto, os problemas centrais da nossa sociedade, tais como a violência, o desemprego, o analfabetismo, a precarização das políticas públicas e a grande desigualdade

social e econômica, continuam acentuados e agravados até hoje. O descrédito e a desconfiança numa representação política voltada para o interesse da população estão cada vez mais presentes diante do cenário de corrupção política, econômica e a falta de perspectivas na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

As lutas dos movimentos sociais na garantia da participação da sociedade na elaboração das políticas públicas aperfeiçoaram o Estado Democrático de Direito. Porém, um pré-requisito para a efetivação deste modelo de Estado está no enfrentamento das desigualdades sociais, tendo como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana, preconizados na Constituição Federal de 1988 (CF, 1988).

Os direitos sociais no Brasil, nos últimos anos, são constantemente colocados à prova. O desequilíbrio econômico e político, conduzido por estratégias antidemocráticas, estigmatização e judicialização da pobreza, assinalam medidas para o desmonte da Seguridade Social. Em consequência, ameaça à tentativa de afirmação de um padrão de proteção social que supere o caráter restritivo, clientelista e assistencialista, historicamente marcado no Brasil no campo dos direitos sociais.

Como estratégia para ampliar e socializar os custos da crise econômica com a classe trabalhadora e reforçar as oportunidades de lucro para a elite, estão em curso reformas trabalhistas, previdenciárias, dentre outras ações restritivas de direitos, que buscam assegurar a manutenção de um sistema financeiro corporativista e excludente, deletério ao conjunto da sociedade.

As políticas educacionais vêm passando por alterações que evidenciam o desmonte dos direitos materializados na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na LDB de 1996 (BRASIL, 1996), bem como nas deliberações que delas derivam. As reformas educacionais, o congelamento dos gastos públicos, a mercantilização da educação e a crescente onda de precarização da educação pública são algumas das ações antidemocráticas. Este cenário reacende a instauração de um Estado mínimo e evidencia a contradição entre os princípios educacionais para uma formação humana, emancipadora e cidadã.

Historicamente, as elites brasileiras construíram, e ainda constroem, proposições que se contrapõem aos modelos defendidos pelos trabalhadores, pois são difusoras da responsabilização dos pobres pela sua condição, ideologia que se expressa na defesa dos lucros e juros.

Esta herança agrava e materializa a distância entre os poucos que possuem muito e os milhões que possuem pouco ou quase nada. Serve, ainda, para reforçar o processo de naturalização da desigualdade social no Brasil, cristalizando a distância que separam os mais cidadãos daqueles que possuem “subcidadania”. Refletir criticamente sobre este processo possibilita perceber as contradições e implicações para as políticas educacionais, compreendendo que este movimento em plena expansão precariza as relações sociais e a própria subjetividade do indivíduo.

Trata-se de um estudo qualitativo e bibliográfico, tendo análise teórico crítica, baseado no materialismo dialético. Argumenta sobre as políticas educacionais e sua

importância para a compreensão da educação, a desigualdade social e sua inter-relação com o direito à educação enquanto um direito social. Ainda, permite compreender a naturalização da desigualdade social brasileira e como este fenômeno impacta nas políticas educacionais.

2 | ESTADO, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A partir do momento em que a sociedade se estruturou em classes sociais antagônicas os interesses e as necessidades da classe dominantes passaram a delimitar o campo da educação, na medida em que este serviu de dominação social de poucos sobre muitos. Ao apropriar-se da atividade intelectual e das técnicas de produção que compõe a divisão social do trabalho, a classe dominante passou a compreender a educação como elemento fundamental para a manutenção da desigualdade social. Os conhecimentos científicos e tecnológicos passaram a ser compreendidos como necessários para o desenvolvimento do sistema de produção (TONET, 2005).

A década de 1980 possui um marco significativo para o Brasil pelo processo de redemocratização, com a restauração dos direitos civis e políticos e a promulgação da Constituição, hoje vigente no país. Constitui-se, assim, o Estado Democrático de Direito, alicerçado nos fundamentos da soberania, cidadania, pluralismo político, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, abrindo espaços para a participação social e a democracia (BRASIL, 1988). A abertura política e a implantação de conselhos gestores de políticas públicas possibilitou que o poder do Estado passasse a ser compartilhado com a sociedade, significando uma representação maior da sociedade na gestão pública e no exercício da cidadania. No início dos anos de 1990, a concepção neoliberal de Estado institui a descentralização na execução das políticas públicas, o encolhimento do Estado nas suas ações sociais com privatizações, terceirizações dos serviços e de setores da administração pública. Este sistema passa a isentar progressivamente o papel do Estado como garantidor dos direitos, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil. A partir de 2003, o país passa por um período neodesenvolvimentista, em uma estratégia que retoma aspectos de centralidade do Estado na efetivação de políticas públicas, adaptadas a uma conformação de sociedade voltada a manter a lógica neoliberal implantada na década anterior.

O sistema neoliberal não pode ser considerado apenas uma ideologia de política econômica, mas de transformação profunda do capitalismo e das sociedades. “É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e todas as esferas da vida” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 07). Assim, ao compreender a sociedade neoliberal, não apenas como transformação econômica ou ideológica, mas que afeta também as relações sociais, estamos diante de uma “racionalidade” global que reflete profundamente

na subjetividade humana. Esta subjetividade é guiada por ações de competição, de individualidade, que são representadas “pelo governo de si mesmo”, ou seja, uma forma de governar que se dirige ao próprio indivíduo (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 328). É nessa sociedade da competição, do homem “empresário de si”, que as relações individualizantes possibilitam perceber como nos reconhecemos enquanto humanidade e de como estas relações afetam a condição humana.

A desigualdade social, numa perspectiva sociológica, apresenta variadas configurações que nos permitem pensar no seu processo fragmentado e multifacetado, a partir da realidade social de cada sociedade. Assim, as mudanças e as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais da sociedade moderna possuem influência dos movimentos revolucionários. Para o sociólogo Jessé Souza (2003), o grande desafio consiste em demonstrar a naturalização da desigualdade, em países como o Brasil, como um processo de modernização de grandes proporções desde o início do século XIX. O patrimonialismo e o liberalismo conservador, notadamente no Brasil, atingem as esferas econômica e sociopolítica, ocupa uma centralidade no sentido do processo de escuridão das classes menos favorecidas, tornando invisível a nossa própria herança deste regime. Permite, ainda, que a classe dominante legitime “supostas heranças culturais”, em detrimento de uma análise científica dos conflitos sociais e da gênese da desigualdade em nosso país. Esse patrimonialismo tomado como responsável pela corrupção em nosso país acaba por deixar em segundo plano, nas palavras de Jessé Souza, a desigualdade social, sendo esta questão uma inversão perversa e absurda. Assim, o patrimonialismo torna invisível o poder social. O populismo atrelado à política de atendimento aos mais pobres é desconsiderado, mas tomado como elemento essencial para arregimentar a classe média como guardião da distância social. Por estas palavras, a maior herança cultural, ainda, está centrada no desprezo das classes dominantes aos pobres, aos vulnerabilizados socialmente. Para tanto, constrói para estes a culpa por sua própria condição, estigmatizando-os e desumanizando-os.

Jessé Souza (2015) ressalta que o capital econômico e cultural, percebidos por Pierre Bourdieu são elementos estruturantes de toda uma hierarquia da sociedade moderna, pois o acesso a esses capitais permite compreender na luta cotidiana dos indivíduos e os interesses materiais e ideais que estão em jogo na vida social. O acesso ao capital cultural, sob a forma de capital escolar e familiar, possibilita uma formação da classe moderna, através da intelectualidade e não mais apenas do trabalho manual. “Sem a consciência crítica da ação dessas ideias sobre nosso comportamento, somos todos vítimas indefesas de uma concepção que nos domina sem que possamos sequer esboçar reação” (SOUZA, 2017, p. 21).

Neste contexto, marcado pela esperança na democracia e na participação social para o rompimento da desigualdade, entremeiam-se conflitos e contradições nos interesses dos cidadãos e de uma estrutura social marcada por privilégios que legitimam e promovem a reprodução da desigualdade social. Jessé Souza expõe

que (2003) o processo de modernização periférica do Brasil se deu “de fora para dentro”, com valores e instituições importados, a que o autor atribui à naturalização da desigualdade. A desigualdade social possui em si a maior contradição da sociedade brasileira, pois naturaliza o processo de constituição de uma “subcidadania”.

Nossa conjuntura social possui um contexto histórico marcado pela dominação e escravidão que cria uma singularidade excludente e perversa, uma sociabilidade perpetuante que dificilmente é compreendida e ou criticada. O padrão histórico nas lutas políticas no Brasil reforça a luta de classes por privilégios e distinções entre os indivíduos. Para Jessé Souza (2017), é preciso perceber as classes sociais como construção sociocultural, a fim de reconstruir as razões de nossa própria conduta cotidiana. Essa condição propicia repensar “o homem cordial” pensado por Sergio Buarque de Holanda, ou “o homem do jeitinho brasileiro” de DaMatta da qual provém “supostamente” nossa herança cultural e da corrupção política.

É neste contexto que estão postas as condições e contradições para as políticas educacionais. Um contexto marcado pela falta de recursos e prioridade às políticas educacionais, precarização, mercantilização da educação e perdas dos direitos sociais. Por isto, pensar as políticas educacionais como instituições que são afetadas pela conjuntura sociocultural, política e econômica de caráter neoliberal, supõe qual processo de inclusão social, de formação para a cidadania e justiça social vem sendo implementado nas políticas educacionais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto decisão política do Estado, as políticas educacionais apresentam limites e possibilidades, sendo pensadas para determinado contexto político-social. A inclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados requer um conjunto de ações articuladas na promoção da cidadania e emancipação humana. Os princípios emancipatórios precisam ser analisados de acordo com a conjuntura da sociedade capitalista e do caráter neoliberal.

Analisar de forma crítica e reflexiva as contradições que estão postas às políticas educacionais possibilita perceber que a participação social nos processos educativos se torna um desafio cotidiano. a gestão democrática é uma condição para a qualidade educacionais e o fortalecimento das políticas públicas. Assim, a garantia dos direitos sociais se torna cada vez mais prioritário e urgente. Garantias voltadas, ainda, para a qualidade da educação, na valorização dos profissionais, nos investimentos públicos, no ensino público e laico, bem como na manutenção de currículos que promovam a formação humana e para a cidadania. Pensar as implicações do contexto político, social, econômico e cultural da sociedade brasileira possibilita repensar as práticas educativas com perspectivas emancipatórias.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso jan/2018.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96, de 20/12/1996. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso jan/2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

_____. **A tolice da inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-460-3

